

ditou ao reformador os célebres éditos relativos à liberdade econômica, à livre disposição da propriedade imobiliária e à constituição das cidades. As observações duma vida passada entre a gente humilde da província lhe havia ensinado que o homem que "para si adquire, produz e tira proveito" fá-lo também "em proveito dos outros". Foi porisso também que, a exemplo do "purificador da revolução francesa", do imperador dos franceses a que tanto odiava, proclamou que o caminho devia ficar aberto ao homem capaz. Eis por quê se esforçou por afastar todos os obstáculos provenientes da condição e da tradição que podiam impedir o indivíduo de alcançar o bem-estar correspondente a suas aptidões. Suprimiu a divisão da burguesia em corporações e classes, decretou a escolha livre das profissões, tomou medidas a favor da livre circulação das mercadorias no país, pôs um fim às condições de dependência hereditária da população dos campos.

Stein foi o primeiro a reconhecer a importância dum mal ao qual Napoleão não prestou a devida atenção e cujo alcance escapou parcialmente aos ingleses apegados às realidades. Ele foi o primeiro adversário que combateu o funcionarismo inveterado e burocrático em cujo formalismo se escondem obscuríssimas forças sobrenaturais, em número não inferior às do próprio Estado feudal.

Durante seus longos anos de serviço, esse homem tinha muitas vezes assistido às torturas infligidas aos burgueses e aos camponeses pelo burocratismo. Com toda a violência dum coração indignado, esbravejou contra a "classe dos funcionários, desligada da vida concreta", os quais, em vez dum trabalho profícuo, produzem uma "obra misteriosa de escribas".

"Ordenado, formação livresca, indiferença, ausência de bens de raiz — eis as quatro fórmulas em que se resume o espírito de nossas desalmadas máquinas administrativas e de suas congêneres. Perceber ordenado, por conseguinte, ânsia pela manutenção e pelo aumento do número dos que percebem ordenado. Formados nos livros — isto é, vivendo no mundo da interpretação literal e não no mundo das realidades. Indiferença — visto que não estão ligados a qualquer das classes de cidadãos que constituem o Estado, pois formam uma casta própria, a dos "enche papel". Não possuem propriedades — e assim é que não os atinge nenhuma das flutuações e azares a que está sujeita a propriedade. Quer chova, ou o sol resplandeça, quer os impostos subam ou baixem, quer se derrubem direitos altamente tradicionais ou sejam mantidos . . . nada lhes importa — percebem seu ordenado na caixa do Tesouro e vão escrevendo, escrevendo, escrevendo, no seu escritório bem quietinho, provido de portas herméticamente fechadas, desconhecidos, despercebidos, inglórios... e criam seus filhos para que se tornem outras tantas idênticas e idôneas máquinas de escrever!"

Stein procura substituir esse funcionalismo, formado nos livros e indiferente, por uma administração saída do próprio povo e a ele ligada por laços vitais. Quer que o Estado "não acabe no conselho provincial", mas se estenda até o último cidadão, numa coesão orgânica.

O povo tem de se acostumar a colaborar na administração, "no sentido efetivo". "A intervenção intempestiva da administração central nos negócios particulares ou municipais tem de cessar", escreve Stein numa memória datada do ano de 1807. "Tem de substituí-la a atividade do cidadão que não vive de fórmulas e de papel, mas age enérgicamente porque sua posição o leva para o meio da vida real e o obriga a participar da agitação dos interesses humanos".

Napoleão foi advertido por seu infalível instinto que esse ministro representava um perigo para a sua dominação sobre a Prússia. Porisso impôs, com intransigência brutal, a demissão de Stein que, naquele momento, fazia um ano apenas que ocupava o seu cargo. Contudo, a grande aspiração de Stein — aplicar as grandes máximas revolucionárias à vida concreta e verdadeiramente humana — já estava bastante integrada na corrente geral da evolução para que sua obra pudesse acabar com seu afastamento.

A Stein sucedeu Hardenberg, um homem que bem pouco gostava do seu predecessor. Não obstante, a administração de Hardenberg não foi senão a continuação do que Stein tinha começado. Por cima de todas as rivalidades e de todas as desinteligências pessoais, esses dois homens se uniram para a obra comum do momento. Era assim inelutável que um deles acabasse o que tinha começado o outro.

Hardenberg também era de opinião que a libertação do povo prussiano de restrições obsoletas se devia operar de cima para baixo. Essa libertação, aliás, a Revolução Francesa a tinha teoricamente proclamado e Napoleão lhe havia emprestado um caráter prático. Eis por quê Hardenberg se empenhou em fazer aplicar a liberdade das profissões manuais, em expurgar o aparelho administrativo do seu formalismo burocrático e em restringir os privilégios aristocráticos.

Segundo as próprias palavras de Hardenberg, o "novo sistema" devia basear-se nos seguintes princípios: "Cada habitante do país é livre na sua pessoa. Cada um tem direito de desenvolver e usar livremente de suas forças sem que outrem arbitrariamente possa impedir-lo. Ninguém é obrigado a suportar unilateralmente o peso dum imposto que não seja comum e igualmente repartido. A igualdade perante a lei é garantida a cada súbdito e a justiça tem de ser distribuída rigorosa e pontualmente. Qualquer que seja a condição dentro da qual se manifeste o mérito, não se deve opor obstáculo algum à sua expansão".

E, realmente, graças às reformas Stein-Hardenberg, a Prússia começou a florescer, dentro de curto tempo, econômica e financeira-